

Proposta da Sociedade Civil: Região Metropolitana de Campinas

Instituição: Cidadão - Município de Paulínia

Número da proposta: 018 (dezoito)

Data de entrada: 30/10/2018

1. TEMA

- Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sociodemográfico
 - Habitação e Vulnerabilidade Social
 - Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento
 - Área de Risco (Defesa Civil)
 - Mobilidade, Transportes e Logística
-

2. TÍTULO DA PROPOSTA

Produção de novas centralidades: metrópole compacta vs. dispersa/fragmentada

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

De certa forma, a mesma perspectiva de proposta empreendida para a questão da segregação, pode ser estendida para os encaminhamentos do PDUI relativos a estimular a formação de uma metrópole policêntrica e compacta. Mais uma vez, deve-se levar em conta que a estrutura monocêntrica e dispersa já constituída não poderá ser revertida, sobretudo porque na região não há outra aglomeração urbana capaz de minimamente fazer frente à força concentradora de bens, serviços e atividades de controle e gestão que Campinas. Nem mesmo Americana, mencionada como uma centralidade regional poderia, no nosso entender, se assim entendida já que sua abrangência não é definitivamente regional. Assim mesmo não negando que este município mereça destaque, acredita-se que seja importante melhor qualificar sua posição na região, no nosso entender, no máximo como um polo secundário e de abrangência mais localizada regionalmente. Primeiramente, as centralidades não são formadas de forma orgânica como suposto nas diretrizes do plano, de modo que é inconcebível a indução de novas centralidades nas periferias apenas por vontade política. No entendimento aqui proposto, as centralidades são histórica e estruturalmente construídas obedecendo outros condicionantes que, embora possam ser induzidas por ações de políticas, certamente não dependem apenas delas. .

Da mesma forma, a associação entre a estrutura policêntrica e uma metrópole compacta, onde a população tenha que se deslocar o mínimo para acessar as oportunidades metropolitanas, não parece viável, simplesmente porque o “grosso” do processo já está em curso ou já foi consolidado (lembre-se que o crescimento demográfico da RMC e de Campinas atualmente já é bem reduzido). Os exemplos das metrópoles policêntricas americanas, por exemplo, mostram o contrário, tendo em vista a maior dispersão e fragmentação da ocupação estimulada pela formação de centros nas regiões mais periféricas. Nos parece que a melhor solução mesmo é, de um lado, a melhoria das condições de acessibilidade, principalmente, entre os locais de residência periférica dos grupos sociais mais pobres e das centralidades, já existentes. Neste caso, tarifas sociais metropolitanas, bilhete único metropolitano, ligações entre periferias, etc., estão entre as soluções mais viáveis para tal.

De outro lado, visando o fomento de uma metrópole compacta, pode-se buscar formas de se conter a manutenção de vazios urbanos através dos instrumentos urbanísticos já citados anteriormente. Da mesma forma, conter o espraiamento da mancha urbana, processo este em muito subsidiado politicamente pela ampliação indiscriminado dos perímetros urbanos (ver o que aconteceu

recentemente com a aprovação de lei que rege esta questão em Campinas) e leniência do poder público com loteamentos urbanos em áreas rurais. Aliás, nos preocupa muito o fato de o rural da RMC não está sendo protegido no plano a não ser pelo enfoque da preservação ambiental elemento que pode ser facilmente modificado ao longo do tempo por interesses e visões diferenciadas sobre o que é ou não importante. Considera-se também importante preservar o rural regional, como frisado mencionado em sugestão vinda da própria AGEMCAMP, como espaço a ser preservado pelo seu valor produtivo, turístico, cultural e até mesmo arquitetônico.

4. REFERÊNCIAS

<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>

